



MUTAÇÕES NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DO “ESCOLA SEM PARTIDO”

Frederico Carneiro

Caroline Pignaton

Discentes no Programa de Pós-graduação
em Comunicação e Territorialidades

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: carneiro.fred@gmail.com

caroldmp@yahoo.com.br

Orientador: Profº Dr. Alexandre Curtiss Alvarenga

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: alexcurtiss@uol.com.br

Resumo

Trata-se de trabalho desenvolvido no decurso de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo e subsidiada com bolsa de pesquisa financiada pela Fapes/Capes. O presente artigo pretende investigar as práticas discursivas do movimento “Escola Sem Partido” em ambientes digitais para entender como elas afetam a dimensão do político. Problematisa a questão tendo como ponto de partida a configuração da vivência contemporânea em territórios mediatizados. Debruça-se sobre um corpus composto de três contextos distintos para captar nuances e mudanças e o interpreta a partir do arranjo teórico-analítico da AD Francesa. Além da rejeição das ideias de esquerda e até mesmo liberal, nota-se uma produção discursiva voltada ao estímulo à perseguição e vigilância de professores, somado a uma erosão do político ao assujeitar os adeptos da causa a endossar a defesa filial acima de valores democráticos, promover um discurso punitivista ao invés da crítica e do diálogo.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Digital. Escola Sem Partido. Territórios mediatizados.

Introdução

Apesar de lançar-se em 2004 como um movimento contra a “doutrinação nas escolas”, o estudo sobre o movimento “Escola Sem Partido” pode contribuir para examinar os usos da internet e como a dimensão do político é afetada pelas práticas políticas acionadas.

Atualmente, com mais de 95 mil seguidores no Twitter, outros 39,8 mil no Instagram, 239.013 pessoas inscritas na página hospedada no Facebook e site próprio, o ESP tem se aproveitado de três das plataformas de redes sociais online com maior número de usuários brasileiros para disseminar denúncias e angariar apoio no combate à doutrinação nas escolas.



Porém, existe algo que a mera mensuração acima é incapaz de dimensionar. Afinal, a presença em profusão nos ambientes digitais destoa da falta de interesse do movimento em privilegiar o envolvimento em conselhos escolares e demais órgãos colegiados de participação política institucionalizada da sociedade civil. Instâncias importantes porque nelas são discutidas e encaminhadas políticas a serem implementadas no ambiente escolar.

Não se trata, todavia, de supor um contrassenso nesse desalinho. Um sendo preterido pelo outro. O que decorre é melhor entendido se remetermos à conjugação abarcada pela noção de território mediatizado:

Trata-se de amálgama de territorialidades, nos quais as vivências atadas às superfícies físicas se conjugam à experiência conectada ao tecido narrativo-comunicacional para criar um *continuum* territorial específico, o mediatizado, misto do geográfico-territorial com o comunicacional. (MARTINUZZO, 2016, p.15)

O que escapa a essa noção, porém, é a apreciação dos efeitos que ela provoca. Há, nessa questão, um debate ainda em curso, inviável de ser apresentado nessas páginas. Contudo, vamos nos ater a duas posições. Para Castells (2015), a disponibilidade das tecnologias digitais como bens de consumo permitiram a porosidade da Internet à vida cotidiana, tornando-a um espaço social. Seja atendendo à velhas exigências ou novas demandas, o emaranhado de dispositivos e ambientes interconectados seria capaz de recolocar o indivíduo no centro, condição obstaculizada na visão do autor pelas próprias características da sociedade de massas. A sociedade em rede, ao contrário, permitiria a cada um exercer controle sobre a circulação de mensagens que é atravessado

Para o autor, o grau de interatividade do usuário é considerado homólogo a nova posição do indivíduo na sociedade. As oportunidades de customização do perfil, do consumo e da navegação na internet colocam as pessoas em condições de assumir o protagonismo na vida social.



Ao contrário do que subjaz as expectativas de Castells, o que Byung-Chul Han nota é a incapacidade dos indivíduos satisfazerem esse propósito no digital. A indignação que irrompe nas redes sociais digitais é útil para atrair atenção, porém, prossegue Han, incapaz de organizar um discurso público. Ela não “é nem capaz, de [levar à] ação, nem de [levar à] narrativa” o que a impede de conceber um futuro. Assim, o enxame no digital só é capaz de gerar indivíduos singularizados (HAN, 2018).

Ao filiar o presente artigo à uma abordagem que considere a discursividade do Digital, esse estudo nega a troca de mensagens realizada nas plataformas como gesto autoimbuído dos indivíduos. A linguagem atende à necessidade de comunicação em sociedade o que de partida impõe considerar que a conversão do indivíduo em sujeito de um enunciado, aquele capaz de interpretar o mundo ao redor e dele expressar indignação, envolve a permeabilidade do linguístico pelo extra-linguístico. Assim, os sentidos do que seja liberdade e autonomia, não são presumidos, tampouco tem validade universal. Eles são significados no desenrolar do histórico, carregam a tessitura das relações sociais podendo reproduzi-las ou almejar a transformação social e materializam as representações ideológicas.

Com isso, não basta tomar o dito como verdadeiro. É preciso analisar o processo discursivo e ideológico operado nas textualidades do ESP que produzem não só um efeito de real a respeito da doutrinação, mas conferem uma eficácia discursiva ao prescreverem maneiras de agir que são assumidas como legítimas ainda que colidam com valores democráticos vigentes.

Metodologia e discussão dos resultados

A investigação adotou como método a Análise de Discurso desenvolvida a partir de Michel Pêcheux e apresentada por Eni Orlandi (2015). Nela, a fala é tomada enquanto atividade social, em que os indivíduos se tornam sujeitos desde um lugar no interior de discursos e cujo sentidos revelam a opacidade da língua, abertos à alteridade das interpretações. Por isso, o texto envolve a materialização de um extra-linguístico, em que a força do real se reveste em processos

ideológicos.

A condução do estudo debruçou-se sobre uma heterogeneidade de corpus. Adotou-se como critério de organização (i) a autoria (Ibid.), (ii) o intervalo de tempo compreendido pelos textos e, por fim, (iii) o nível comunicacional (CHARAUDEAU, 2018). Compõe o universo do material de análise 15 artigos de opinião assinados por Nelson Lehmann e disponibilizados no site do Instituto Liberal (IL) de Brasília entre os anos 2000 e 2007; 14 sequências de conversas via correio eletrônico obtidas no Rede Liberal (RL), hospedado no Yahoogrupos!, no intervalo de 2003 a 2016; e X postagens publicadas pelos administradores na página oficial do MESP no Facebook.

A análise privilegiou os gestos de silenciamentos e deslocamentos (Ibid.). A voz de Nelson Lehmann é construída como voz de uma autoridade, alguém dotado de saber enciclopédico. Ele está no IL, think tank destinado à disseminar ideias neoliberais e agregar formadores de opinião e empresários. Miguel Nagib, fundador do movimento, é um dos membros do IL e frequenta reuniões com Lehmann em Brasília. Os primeiros textos datam do ano 2000 e, portanto, são anteriores ao surgimento do ESP.

Veste-se de erudito a elencar teóricos, escolas de pensamento e procura convencer o leitor da fragilidade e parcialidade intelectual das ideias marxistas incapaz de reconhecer benefícios da Igreja – a Católica, ele não diz -, O capitalismo, a colonização, por exemplo. Ele não fala a pais, ele se dirige a direita e a conclama a reagir à doutrinação de esquerda.

O grupo RL permite a troca de turnos. Os usuários debatem e dão sugestão sobre a atuação do ESP nos primórdios do movimento. Os contatos com a revista Veja e o financiamento do IL são tratados como questões operacionais sem qualquer risco de prejudicar a imagem do movimento ou do IL. O discurso de apoiadores e de Nagib são permeados de um discurso jurídico-punitivista. Surgem ideias de criar uma lei penal para combater a “doutrinação”, um Código de Ética da profissão e até mesmo um conselho para regular e fiscalizar o

exercício da profissão. As discordâncias também estão presentes. Há quem seja contrário a fixação de cartaz em sala de aula, por exemplo. Enquanto as medidas coercitivas quando são criticadas o são não pela proposta, mas pelo risco de usarem contra “a direita” que é “minoritária” nas escolas.

Criado em 2014, a página no Facebook emula uma voz não pessoal. Os administradores, Nagib, inclusive, falam assumindo a posição de falar pelos pais e pela causa. Começa a ser empregada a expressão “ideologia de gênero”. As mensagens são endereçadas aos pais, em tom de alerta. É preciso revelar o que acontece no “segredo” e “entre quatro paredes” das salas de aula. O gesto desloca da posição de erudismo e do lugar aberto a acolher sugestões. Atiça-se o medo para corroer a confiança na díade escola-família. Silencia-se a hibridez das identidades de indivíduo-aluno-filho para colocá-lo fora de seu lugar, apenas como o filho.

Essa posição subjulga-o, dota os pais de autoridade inviolável sobre os filhos e desconsidera os conflitos intergeracionais e familiares. Mas produz um efeito político. O gesto de definir o aluno pela filiação produz a erosão do público na escola e do político no sujeito. A escola perde o caráter de comunidade compartilhada, de socialização do conhecimento e aprendizado para uma vida democrática e esvazia-se autonomia relativa do seu corpo docente-discente para definir na linha pedagógica. Ela se firma como lugar de passagem. E erode-se o político quando se organiza um movimento sem exigência de direitos, quando abdica-se de pensar o futuro, recusa-se ações coletivas em estimula que gestos individuais repetitivos e mecânicos apontem a câmera de um celular nas salas de aula, comportamento desprovido de forjar uma ação política.

Por último, nota-se que em todos os ambientes analisados prevalece a dicotomia combate à doutrinação - liberdade de expressão. Há um jogo duplo, o combate do primeiro assegura o segundo. Para eficácia do discurso, exclui-se apenas a figura do professor, dotado de uma liberdade de cátedra apartada da liberdade de expressão. Outro modo de entender essa dicotomia é que não há preocupação em pensar direitos, considerar desigualdades e modos de superá-



los. A única fronteira a ser preservada é a da liberdade individual aqui destituída de qualquer problemática que considere se ela é plena e assegurada a toda a diversidade da população.

Referências Bibliográficas:

CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Edição digital, Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

MARTINUZZO, José. "Prólogo – Territorialidade: o que é isso? In: MARTINUZZO, José; TESSAROLO, Marcela. (orgs.). **Comunicação e territorialidades**: as pesquisas inaugurais do primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Espírito Santo. Vitória, ES, 2016, p.7-16.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.